

Mulheres partidárias: atuação militante e participação nas atividades dos partidos

Antonio Teixeira de Barros¹
Willber da Silva Nascimento²

186

Resumo: O artigo analisa como as mulheres filiadas a partidos políticos atuam no âmbito interno da estrutura e da organização das legendas. O foco analítico está na participação das mulheres nas atividades partidárias, considerando que a literatura aponta tal participação como um dos fatores que impulsionam carreiras políticas femininas. São avaliadas como os seguintes fatores influenciam essa participação: variáveis socioeconômicas; capital familiar e capital militante; espectro ideológico das legendas; interesse das informantes em se candidatar para disputar eleições. A hipótese, confirmada, é que mulheres filiadas a partidos de esquerda, solteiras e mais escolarizadas são as mais participativas na estrutura das agremiações. O estudo deriva de um questionário com 419 filiadas. O principal *locus* de atuação delas se dá na esfera virtual. Os movimentos estudantis e sociais são os principais mecanismos de recrutamento partidário de mulheres de esquerda, enquanto na direita são as relações de parentesco.

Palavras-chave: Filiação partidária; Mulheres e partidos políticos; Recrutamento partidário feminino; Mulheres e política partidária.

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (1999). Pós-doutor em Comunicação pela Universidade Fernando Pessoa (2008). Docente e pesquisador do Programa de Mestrado Profissional em Poder Legislativo do Centro de Formação da Câmara dos Deputados. Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCTDD). Coordenador do grupo de pesquisa "Parlamento e sociedade: representação política, participação e controle social. E-mail: antonibarrosgmail.com. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-3061-8202>.

² Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Mestre em Ciência Política pela mesma instituição e graduado em Ciências Sociais pelo Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Tem experiência em pesquisa na área de Ciência Política atuando, principalmente, em temas como Partidos Políticos e Eleições, Métodos quantitativos e Políticas Públicas. E-mail: willbernascimento@outlook.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2257-8108>.

1. Introdução

Há uma vasta literatura que procura explicar os fatores que afastam as mulheres da política, a partir das lógicas da dominação masculina, tais como a divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo (PINTO, 2001; BIROLI, 2016, entre outros autores). Entretanto, há poucos estudos empíricos focados nos fatores que atraem as mulheres para a política, a exemplo das mulheres filiadas a partidos políticos, que fazem militância, ocupam cargos na estrutura organizativa e concorrem a cargos eletivos. Apesar de serem minorias em todas as esferas e instâncias políticas e partidárias, acreditamos que os estudos não devem se pautar apenas pela tônica na ausência ou na falta delas, mas também na emergência e no ativismo dessas mulheres.

187

Grande parte dos estudos sobre gênero e política chama atenção para as dificuldades sobre o uso da categoria “mulheres”, pois pode sugerir que se trata de um bloco homogêneo, como se todas as mulheres tivessem as mesmas demandas e perspectivas no âmbito político (CELIS; CHILDS, 2012; BERNAUER et al., 2015; GOMES, 2016). O compartilhamento de uma identidade de gênero comum não apaga as divisões partidárias (KLAR, 2018). Lloren (2013) chama atenção para a necessidade de se considerar as contribuições positivas da inclusão das mulheres nos partidos e na política de modo geral, pois o gênero constitui um recurso político que impulsiona a cidadania das mulheres. Cabe, portanto, ressaltar que, ao nos referir a mulheres partidárias ou mulheres filiadas a partidos políticos, estamos lidando com uma diversidade de perfis e um elenco variado de interesses, demandas e perspectivas.

Aliás, o mesmo se aplica aos partidos e suas formas de relacionamento com os filiados e militantes (KOSIARA-PEDERSEN; SCARROW; VAN HAUTE, 2014; SCARROW, 2015; RIBEIRO; AMARAL, 2019). Os normativos e comportamentos partidários relativos à inclusão das mulheres também são diferenciados (MORAES; GOULART; SILVA, 2017; NOVELLINO; TOLEDO, 2018). No que se refere às filiações, “é prudente supor que os partidos combinam modalidades em diferentes graus em resposta a situações diversas e adversas, decorrentes de contextos ambientais variáveis” (PERES; MACHADO, 2017, p.136).

Embora não seja possível estabelecer uma relação causal, grande parte dos problemas relacionados aos déficits de participação feminina nas estruturas e nas instituições de representação política estão relacionados com as deficiências relativas à inserção e à participação das mulheres nas estruturas organizacionais dos partidos (THOMSEN, 2015; THOMSEN; SWERS, 2017). Uma alternativa, portanto, para superar os déficits de representação feminina seria maior investimento no recrutamento feminino pelos partidos e no estímulo para que elas participem mais das atividades partidárias.

Com base nessa perspectiva, o artigo aqui proposto tem como objetivo analisar a presença das mulheres na política, a partir da percepção das mulheres filiadas a partidos políticos no Brasil. Afinal, mesmo diante de um cenário de descrença na política e de desconfiança expressiva no sistema político representativo, em especial nos partidos políticos e de um cenário de baixa representação feminina na política institucionalizada, cabe questionar: (a) quais variáveis do perfil socioeconômico mais influenciam a participação das mulheres nas atividades internas dos partidos? (b) como o capital familiar e o capital militante³ interferem nos níveis de participação? (c) que relevância exerce o espectro ideológico das legendas na participação das informantes? (c) em que medida o interesse delas em se candidatar para disputar eleições aumenta a participação nas atividades partidárias? Essas são as questões que orientam a pesquisa, cujo foco é analisá-las à luz do olhar das próprias mulheres que são filiadas a partidos políticos na atualidade.

Para tanto foi aplicado um questionário com questões fechadas e abertas a 419 mulheres filiadas a partidos políticos, em novembro de 2019. A estratégia utilizada para atingir esse público foi o envio do *link* da pesquisa, acompanhado de uma carta de apresentação dos autores, para o *e-mail* dos núcleos e secretarias da mulher dos partidos, incluindo esses organismos no plano nacional, estadual e

³ O capital militante resulta de trajetórias de militância em movimentos sociais específicos, o que pode se converter em capital político e facilitar o acesso aos quadros partidários ou a candidaturas na arena eleitoral (ROMBALDI, 2006; SEIDL, 2014; PALUMBO, 2018). Entretanto, trata-se de um tipo de capital que é obtido especificamente pelas vias da militância. Convém ressaltar ainda que nem sempre o capital militante é usado para fins político-eleitorais. Por essa razão, justifica-se aqui o uso do conceito, diferenciando-o do capital político.

municipal⁴. De forma complementar foram realizados contatos telefônicos para reforçar a divulgação entre as filiadas.

O texto está estruturado em duas partes. A primeira apresenta um breve panorama sobre recrutamento e inserção de mulheres no âmbito partidário, enquanto a segunda contém a descrição e a análise dos dados, organizada conforme as perguntas de pesquisa expostas anteriormente.

2. Recrutamento e inserção de mulheres nos partidos políticos: o recrutamento

A organização interna dos partidos é um fator primordial que tanto pode favorecer como dificultar o acesso das mulheres a cargos políticos, inclusive na estrutura interna dos partidos. A literatura aponta os seguintes fatores como os principais nesse processo: a atuação das mulheres na estrutura organizacional das legendas, o processo de recrutamento político e as normas relativas ao sistema eleitoral (ARAÚJO, 2005, p. 196). Segundo a autora, “considerando o sistema partidário em sua relação com o sistema eleitoral de cada país e o sistema de representação mais geral, há evidências de que os sistemas proporcionais são mais favoráveis às mulheres, seguidos dos sistemas mistos e, por último, dos sistemas majoritários”.

Os valores culturais de cada sociedade também são apontados como relevantes para a inclusão ou exclusão das mulheres. Quanto mais uma cultura valoriza a igualdade e a paridade entre os sexos, maiores as chances de um sistema político e partidário mais inclusivo e vice-versa (NORRIS; INGLEHART, 1996; HEIDAR, 2006; ELDER, 2012).

O amplo levantamento de Katz e Mair (1992), relativo a um período de 30 anos (1960-1990), acerca da organização de 79 partidos inseridos em países em estágio consolidado de regime democrático, revela que os partidos de esquerda foram os primeiros a adotar normas e procedimentos internos voltados para a

⁴ Esses organismos atendem aos ditames da Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei 9.096/95). As legendas usam nomenclaturas próprias para designar as secretarias destinadas à promoção da inclusão das mulheres nos partidos, tais como MDB Mulher, PSDB Mulher, PV Mulher, Patriota Mulher, Mulheres Progressistas, etc. Esses núcleos existem em âmbito nacional, estadual e municipal (BARROS, 2015).

inserção de mulheres na organização interna das agremiações. “Todos os estudos mais recentes corroboram essa tendência” (ARAÚJO, 2005, p. 199). A adesão de partidos de centro, centro-direita e direita ocorreu a partir da década de 1990, na maioria dos casos em razão das políticas de cota. Além disso, esses partidos perceberam que “as mulheres são uma força eleitoral decisiva e, portanto, suas demandas não podem ser desprezadas” (ARAÚJO, 2005, p. 201).

Os estudos de Lovenduski e Norris (1993) sistematizaram as estratégias dos partidos em várias partes do mundo para oferecer respostas às demandas das mulheres. Essas estratégias podem ser assim resumidas: (a) estratégias retóricas impulsionadas pela ação de organismos internacionais, especialmente a Organização das Nações Unidas, que passaram a conclamar os partidos para agirem em prol da paridade na política; (b) defesa de ações afirmativas para favorecer a inserção partidária e o desenvolvimento de carreiras políticas bem-sucedidas; (c) adoção de políticas de cotas como forma de “discriminação positiva”.

Embora reconheçam a importância dessas medidas, vários estudiosos (NORRIS, 1996; MATLAND, 2002; ARAÚJO, 2005) apontam a inclusão das mulheres na organização e na estrutura interna dos partidos como igualmente relevante, pois a experiência no exercício de cargos na hierarquia das agremiações constitui um fator impulsionador de carreiras políticas.

Os partidos mais à esquerda apresentam maior equidade de gênero (ALMEIDA, 2015). Conclusões de Ronald Inglehart e Pippa Norris, quando afirmam que, na maioria das nações no presente, as mulheres têm valores mais à esquerda e também votam mais à esquerda (LOVENDUSKI; NORRIS, 1993, p. 99). Além disso, mulheres de esquerda geralmente apresentam perfis políticos diferenciados, pois “tendem a ser menos enquadradas nos esquemas tradicionais”. Assim, são mais propensas “a quebrar padrões de comportamento esperado de mulher, esposa e mãe. Essas mulheres pertencem a movimentos estudantis e sindicatos, viveiros de lideranças partidárias” (PINTO, 2018, p. 199). Sistemas pluripartidários são mais propensos à inclusão de mulheres, tanto na gestão interna quanto nas candidaturas (ELDER, 2012).

Outro dado relevante é que ao serem eleitas por partidos de esquerda, AS mulheres tendem a desenvolver uma carreira longa, galgando cargos numa

escala gradativa, como vereadoras, deputadas estaduais e depois é que chegam ao legislativo federal. Nos partidos de centro e direita, observa-se um padrão de ascensão mais célere na carreira política, o que se deve “à utilização de atalhos, tais como o capital político acumulado por outros indivíduos e compartilhado mediante relações de parentesco, de modo que a conquista do cargo ocorre de maneira precoce” (RESENDE; EPITÁCIO, 2017, p. 250).

No caso brasileiro, os estudos sobre o tema mostram algumas características que mais dificultam do que estimulam a inserção e a participação das mulheres na estrutura organizacional dos partidos. Destacam-se os seguintes aspectos: (a) fragmentação partidária; (b) baixo nível de nacionalização; (c) personalismo na direção e na gestão das agremiações; (d) formação de oligarquias e dinastias partidárias; (e) baixo investimento em políticas de inclusão feminina; (f) baixa presença de mulheres nas instâncias decisórias dos partidos; (g) baixo nível de institucionalização da militância feminina (ARAÚJO, 2005; GUIMARÃES; RODRIGUES; BRAGA, 2019). Guimarães, Rodrigues e Braga (2019) complementam que os partidos brasileiros, em sua maioria, configuram-se como oligarquias, com regras formais e informais que favorecem a concentração de poder e o personalismo. Esse conjunto de fatores atuando de forma convergente produz um quadro que perpetua a discriminação negativa das mulheres, inclusive no âmbito interno das agremiações.

Ao analisar casos bem-sucedidos de candidatas eleitas a vereadoras no município de São Paulo, Merlo (2017, p. 13) reitera que a importância da “atuação dos partidos e lideranças partidárias no fomento ou bloqueio desse caminho até a vitória”. As conclusões do estudo mostram que a vivência prévia como filiada é um dos fatores fundamentais para que as mulheres tomem a decisão de se candidatar. Além disso, o suporte partidário durante as campanhas eleitorais é considerado igualmente relevante, “especialmente por darem legitimidade e o acesso às redes de contato com outras figuras políticas já bem estabelecidas” (MERLO, 2017, p. 13). Aliás, o sucesso eleitoral de mulheres gera o efeito contagiante (SPECK, 2018).

Em todas as etapas, o autor ressalta que são as lideranças das legendas que exercem papel central no suporte às candidatas e depois às eleitas para o exercício do mandato. É oportuno ressaltar aqui as dificuldades após a eleição, tema pouco

explorado na literatura, que se concentra nos obstáculos às candidaturas e à eleição das mulheres (BARROS, BUSANELLO, MITOZO, 2020). Ao se concentrarem nas barreiras para o exercício do mandato os autores mostram que as lógicas de exclusão, após a eleição, levam as mulheres a guetos ou nichos temáticos menos prestigiados e, portanto, pouco disputadas pelos homens, como educação, família, saúde, seguridade social, meio ambiente e direitos humanos. Isso leva a uma agenda política que, embora relevante socialmente, é pouco expressiva em termos de formação de capital eleitoral (SANTANO; BERTOLINI; RADOMSKI, 2015).

Em outro estudo Barros e Busanello (2019) mostram como até os espaços de debate político são dominados pelos homens e pelo machismo discursivo, reduzindo o poder de palavra das mulheres eleitas. O debate é conduzido e decidido pelos homens. Os autores identificam 15 formas de machismo discursivo no caso da Câmara dos Deputados, variando desde a interrupção frequente dos pronunciamentos das parlamentares, uso abusivo de apartes pelos homens, falta de atenção deles enquanto elas falam na tribuna, além de expressões gestuais de desaprovação e depreciação relativas às falas das parlamentares. As deputadas “são pouco escutadas no parlamento, são mais interrompidas nas falas e nos discursos e que, por isso, acabam se acostumando a ter menos disposição em ocupar a tribuna para uso da palavra” (MATOS, 2010, p. 42).

Levantamento realizado por Barbosa (2015) mostra a baixa participação feminina nas comissões executivas dos diretórios estaduais dos principais partidos políticos brasileiros. A ocupação de cargos nessas comissões pelas mulheres fica na média de 30%. Ao considerar o espectro ideológico, a situação é a seguinte: partidos de esquerda, com 22% de mulheres; direita com 15% e centro, com 8%. O PT apresenta o maior percentual de mulheres com cargos nessas comissões, com 30%. Os demais partidos incluídos no levantamento apresentam o seguinte ranking: PP, com 16%; PDT, 15%; DEM, 13%; PSDB, 12%; MDB, 5%.

Ao examinar o exercício da presidência das comissões executivas estaduais, o autor registra que tal cargo nunca foi exercido por mulheres nos seguintes partidos: MDB e PDT. Entre os que já contaram com mulheres no cargo de presidente estão PSDB e PP, com 4% de mulheres. No topo do ranking estão PT e DEM, com 14% e 10%, respectivamente. Os cargos do escalão inferior na estrutura

das comissões são os mais exercidos por mulheres, enquanto os homens ocupam o topo da pirâmide. Em outras palavras, a elite partidária é formada por homens.

Vários estudos brasileiros mostram que fortalecer a representação partidária das mulheres no interior das agremiações é um passo importante para garantir melhor representação feminina de forma mais ampla (BARBOSA, 2015; BARREIRA; GONÇALVES, 2012; CROWDER-MEYER; LAUDERDALE, 2014). Isso porque as agremiações partidárias exercem função relevante em toda a escada de acesso à política, desde a filiação ao lançamento de candidaturas e à eleição propriamente dita. Atuam, portanto, como “reguladores das desigualdades de gênero no campo das disputas” e como “lugares importantes tanto na gestão e ampliação de espaços democráticos como na construção de candidaturas” (BARREIRA; GONÇALVES, 2012, p. 321).

Na pesquisa que realizaram sobre a participação de mulheres nos diretórios partidários no Ceará, as autoras registram alguns argumentos emblemáticos dos dirigentes das legendas:

193

As mulheres chegam ao partido através de convites de membros e lideranças (dirigente do PPS); As mulheres chegam no partido através de movimentos. A base da militância são os movimentos sociais (dirigente do PT) - (BARREIRA; GONÇALVES, 2012, p. 323).

As autoras observaram que os dirigentes, ao serem entrevistados, na maioria dos casos, não reconhecem que existe segregação ou discriminação no âmbito dos partidos, “omitindo as possíveis dificuldades de reconhecimento e incentivo limitado no interior da agremiação”. Na percepção deles, os problemas existentes são extrapartidários, ou seja, as barreiras ao protagonismo feminino são atribuídas a fatores alheios aos partidos (BARREIRA; GONÇALVES, 2012, p. 324). Assim, ao analisar o discurso dos dirigentes partidários, as autoras concluem que, além de eximirem os partidos, a responsabilidade “é atribuída às mulheres pela pouca participação na política”. Outro argumento acionado por eles é que “há necessidade de uma ingerência educativa, a longo prazo, voltada para a formação política das mulheres” (BARREIRA; GONÇALVES, 2012, p. 324).

Em síntese, fatores como a vida familiar, os papéis diferenciados entre homens e mulheres e a dificuldade de conciliação entre política e afazeres familiares, além da maneira como “a própria sociedade vê as mulheres”, são

mencionados, nos discursos de dirigentes partidários, como fortes obstáculos para a ampliação da participação política feminina nos partidos. De modo geral, a explanação de obstáculos extrapartidários como fator preponderante na desigualdade de participação política de gênero é consensual entre os dirigentes entrevistados, sendo considerados alguns elementos explicativos para a desigualdade de representação: discriminação histórica; “machismo da sociedade”; tripla jornada de trabalho; e “cultura paternalista”.

Em alguns casos, o descrédito geral na política, incluindo as mulheres, é também apontado como impeditivo para uma repartição de candidaturas mais equânimes por gênero. Alguns dirigentes partidários conseguem elaborar uma crítica à sua agremiação, alegando a falta de comprometimentos das lideranças em incitar a participação de mulheres ou da vontade de ouvi-las, estimulando assim a abertura de espaços internos. Há, no entanto, quem atribua à própria lógica das campanhas eleitorais a prioridade conferida aos homens, resultado da dificuldade de financiamento para campanhas femininas (BARREIRA; GONÇALVES, 2012, p. 324).

194

Como acabam ocupando cargos pouco relevantes na estrutura interna dos partidos a atuação das mulheres militantes resulta em “histórias invisíveis” (GOLDENBERG, 1997). São mulheres que se filiam aos partidos, atuam como militantes, mas em termos de exercício de cargos na estrutura organizacional dos partidos limitam-se a ocupar postos de menor escalão, mais em nível de apoio. Em outras palavras, atuam como assistentes ou auxiliares dos dirigentes masculinos, como secretárias ou funções similares.

Nessa ordem de ideias convém mencionar os achados do estudo empírico de Gomes (2016) realizado com candidatas a deputadas estaduais em Minas Gerais. As conclusões do autor mostram que elas se sentem negligenciadas pelos seus respectivos partidos, sem apoio efetivo para a competição eleitoral. Baseada nos relatos das próprias candidatas, o autor demonstra como os discursos das legendas nas arenas públicas em muito diferem de suas práticas nos bastidores e nas práticas dos partidos. O estudo ressalta ainda que dois fatores são fundamentais para o sucesso eleitoral: o financiamento de campanha e a ocupação

prévia de cargos públicos ou eletivos, ambos dificultados às mulheres pelas estruturas partidárias (GOMES, 2016).

Segundo Sacchet (2012, p. 165), a questão central é que os partidos “não apenas têm preferência por candidatos homens, mas que eles funcionam por uma lógica de comportamento masculino que isola e desestimula a participação feminina”. Os líderes partidários, entretanto, ao serem questionados sobre o assunto, “contestam tal noção e, de forma mais ou menos explícita, atribuem às próprias mulheres a causa de seu baixo desempenho eleitoral, apresentando como explicação contundente seu suposto desinteresse político (SACCHET, 2012, p. 165). A constatação, entretanto, é que os partidos exercem um peso central para a promoção política das mulheres, “considerando-se sua importância no processo de recrutamento e seleção de candidatos, como fonte de recursos financeiros e sua influência sobre a agenda política” (SACCHET, 2012, p. 184).

195 No caso dos partidos brasileiros, estudos mostram que existem especificidades que interferem nas formas de recrutamento, inclusive de mulheres, uma vez que partidos diferentes teriam diferentes maneiras de se organizar internamente e, por isso, diferentes estratégias e mecanismos para o recrutamento (COSTA; BOLOGNESI; CODATO, 2013). Para os autores, é necessário avançar no emprego de variáveis sociais e político-institucionais no entendimento dos processos de recrutamento político no Brasil, uma vez que a discussão tem sido prejudicada pela dicotomia entre as vertentes culturalistas e as perspectivas institucionalistas. Enquanto a primeira é centrada nas heranças culturais do patriarcalismo e na visão de que as mulheres são discriminadas no campo político, a segunda procura enfatizar explicações causais especificamente políticas, como as formas de seleção, formação e treinamento de líderes políticos, a estrutura partidária e o nível de institucionalização das legendas.

Os autores chamam atenção para não se absolutizar ou naturalizar nem os aspectos sociais, nem os institucionais. A perspectiva analítica mais adequada, conforme a avaliação dos autores mencionados “não é puramente sociológica, nem puramente politológica”, mas é a da sociologia política, tal como formulada por Giovanni Sartori: “A sociologia política é um híbrido interdisciplinar que tenta combinar as variáveis sociais e políticas explanatórias, isto é, os insumos sugeridos

pelo sociólogo e os sugeridos pelo cientista político” (COSTA; BOLOGNESI; CODATO, 2013, p. 5).

O recrutamento partidário de mulheres é uma das estratégias para atrair e formar lideranças femininas. O recrutamento constitui um tema amplamente estudado na ciência política e continua relevante na atualidade (POWER; MOCHEL, 2008; SIAVELIS, 2012; PERES; MACHADO, 2017). Apesar das especificidades das diferentes abordagens, um ponto de convergência é a visão de que o recrutamento partidário é indispensável para a sobrevivência política das organizações partidárias (CZUDNOWSKI, 1975; HAZAN, 2002). Por isso as legendas atribuem relevância aos variados tipos e estratégias de recrutamento político, principalmente às seguintes modalidades: recrutamento de quadros por meio da filiação e da militância; recrutamento legislativo e parlamentar; e o recrutamento para cargos executivos (PERES; MACHADO, 2017).

196 O recrutamento partidário é a parte essencial da formação de novas lideranças e compreende um amplo e longo processo que pode ser dividido em três etapas: (a) filiação, (b) formação/treinamento e (c) ocupação de alguma posição de importância para o partido, seja fora ou dentro dele (PERES; MACHADO, 2017). É por meio do recrutamento que se dá a renovação dos quadros partidários. Esse processo “não é crucial apenas para a permanente reconstrução da legitimidade da democracia, mas igualmente para a reprodução das organizações partidárias mesmas ao longo do tempo” (MACHADO, 2016, p.123).

Toda a discussão precedente chama atenção para o fato de que a ciência política atribui grande importância aos partidos, a ponto de considerar que as agremiações partidárias criaram a democracia moderna (SCHATTSCHEIDER, 1960). Isso reforça a necessidade de permanente recrutamento, visto que atrair novo(as) adepto(a)s é uma estratégia essencial para a renovação das lideranças políticas, o que é imprescindível para a longevidade dessas organizações.

Maurice Duverger (1985) é outro autor central no estudo dos partidos políticos que destaca a importância do recrutamento de quadros para as organizações partidárias. Para o autor, a presença de novas lideranças contribui para renovar a perspectiva das elites dirigentes das legendas e também pode colaborar para aumentar a visibilidade das agremiações perante os diversos

segmentos das sociedades, especialmente por meio da eleição para o parlamento. Além disso, o recrutamento de mulheres em si já possibilita experiências de formação política que são valiosas para a renovação de quadros de um partido.

Afinal, uma mulher que recebeu formação adequada pode assumir cargos mais cedo na estrutura e na organização do partido, atuando como chamariz para atrair mais mulheres. Assim, as legendas conseguem estabelecer uma dinâmica efetiva de incorporação das visões das novas adeptas e, assim, assimilar suas formas políticas de atuação contribuindo para a renovação das lógicas de disputa de poder na organização interna do partido e também na relação com as demais agremiações.

No sistema político representativo, “os principais *gatekeepers* ao acesso das mulheres à política formal são os partidos. Mas a importância destes, passada a fase de seleção, pode ser relativizada a partir de uma perspectiva que considere o impacto de outros elementos institucionais, como, por exemplo, o sistema eleitoral e o financiamento de campanhas” (SACCHET, 2012, p. 165). Afinal, “os partidos são atores centrais para a inclusão progressiva das mulheres em processos político-decisórios”. Por outro lado, apesar dessa possibilidade, a estrutura partidária, “via de regra, é considerada, por candidatas e membros de grupos organizados de mulheres nos partidos, um dos principais empecilhos para a entrada das mulheres na vida pública” (p. 165).

Apesar das estruturas oligárquicas e de viés machista, os partidos políticos passaram a receber incentivos institucionais a partir do início da década de 1990 no sentido de promover a inclusão das mulheres (MOISÉS; SANCHEZ, 2014). Entre esses incentivos destacam-se a Lei de Cotas (Lei 9.100/95), que determina a viabilização de cotas para candidatura de mulheres em cada partido ou coligação. A Lei Orgânica dos Partidos Políticos - LOPP (Lei 9.096/95) em seu artigo 44 estabeleceu que as agremiações devem destinar o mínimo de 5% dos recursos do Fundo Partidário para a criação e manutenção de programas de promoção da participação política das mulheres. A LOPP determinou ainda que em todas as legendas fosse criado um órgão específico para cuidar disso, o qual foi denominado de secretaria da mulher. Outra iniciativa relevante foi a criação da

ONU-Mulher, entidade da Organização das Nações Unidas, em 2010, para implementar políticas de igualdade de gênero nos partidos políticos.

Considerando esse contexto, Ferreira (2012) argumenta que a experiência continuada de novo(a)s filiado(a)s no interior das organizações partidárias funciona como uma “escola”, no sentido de que possibilita o desenvolvimento de competências políticas específicas, que não seria possível sem esse aprendizado. Além disso, proporciona a formação de uma rede de contatos pessoais, que permite o acesso de mulheres às redes de recrutamento parlamentar. A experiência de formação política possibilitada pela imersão no cotidiano partidário também contribui para a produção de vínculos entre o(a)s futuro(a)s líderes do partido e os dirigentes populares. Ademais, o interesse por este tipo de atividade partidária é legitimado e reafirmado pelas redes sociais de pertencimento do(a)s novo(a)s recrutado(a)s, transformando-se em um valor simbólico interno que confere capital social entre seus pares (SILVA, 2015).

198 As mulheres partidárias exercem várias funções em relação aos partidos, tais como potencializar e dinamizar o relacionamento dos partidos com o eleitorado feminino, exercendo o papel de elo comunicativo entre as mulheres e as legendas (BARROS, 2015). Devido à proximidade e à relação continuada com as elites da legenda, ainda segundo o mesmo autor, as mulheres partidárias podem atuar como grupo de pressão intrapartidário, fazendo *advocacy* de causas, bandeiras ou interesses das mulheres.

3. Análise dos dados

Antes da apresentação e da análise dos dados, é oportuno apresentarmos a lógica que seguimos no presente trabalho. King, Keohane e Verba (1995) apontam para a necessidade patente da descrição dos fenômenos sociais. Embora a lógica da inferência seja o que guia a Ciência Política enquanto ciência, boas inferências dependem do conhecimento e descrição do fenômeno. Nesse sentido, nosso trabalho analisa como se dá a participação delas nas atividades das agremiações às quais elas são filiadas.

Ainda não possuímos fundamentos teóricos sólidos para proposições de hipóteses teóricas robustas, nem possuímos conhecimento acumulado sobre o

perfil e as expectativas de mulheres filiadas aos partidos, pois há poucos estudos sobre esse tema no Brasil. As pesquisas existentes tratam da militância partidária de mulheres em partidos de esquerda (GOLDENBERG, 1997); análise sobre a atuação feminina nos diretórios partidários do estado do Ceará (BARREIRA; GONÇALVES, 2012); participação das mulheres nas comissões executivas estaduais dos partidos (BARBOSA, 2015); influências da experiência como filiada em eleições para o cargo de vereadora (MERLO, 2017).

Contudo, como guia para a análise de dados e para responder nossas questões de pesquisa partimos das seguintes proposições: (a) as mulheres solteiras e descasadas (divorciadas e viúvas) são mais ativas na política partidária do que as casadas; (b) as relações familiares são predominantes na motivação para a filiação partidária; (c) os partidos de esquerda estimulam mais a participação feminina; (d) o interesse em se candidatar para a disputa eleitoral aumenta o interesse das mulheres em participar das atividades partidárias.

A amostragem foi desenhada com base no modelo de cálculo amostral de Kish (1995), com intervalo de confiança de 95% e variância máxima ($p=0,5$):

$$n = \frac{N}{1 + Ne^2} \quad (5)$$

Onde n é o tamanho da amostra, N é o tamanho da população e e especifica o erro amostral, dado por 1-precisão. Com base nesse cálculo obtivemos as metas amostrais que constam na tabela abaixo, com uma amostragem de 400 respondentes. Para tanto, foi considerando o total de filiadas de cada partido.

Tabela 1- Cálculo Amostral

Tamanho da População		
N	7.348.450	
e	0,05	95%
e ²	0,0025	
Tamanho da Amostra		
n =	400	

Fonte: Elaboração própria, com base em Kish (1995).

A partir do cálculo amostral acima especificado, foram estabelecidas as metas de amostragem que constam na Tabela 2, considerando o total de filiadas de cada partido. As metas de respostas foram atingidas em todos os casos.

Tabela 2 – Metas de amostragem x respostas obtidas

Partido	Total de filiados	% feminino	Metas - amostragem	%	Respostas	%
MDB	2.402.264	45%	34	8,50	36	8,61%
PT	1.587.916	45%	29	7,25	31	7,42%
PSDB	1.446.854	44%	27	6,75	29	6,94%
PDT	1.251.350	44%	24	6,00	26	6,22%
PTB	1.193.113	45%	20	5,00	23	5,50%
DEM	1.096.537	43%	20	5,00	22	5,26%
PP	1.438.392	44%	18	4,50	19	4,55%
PSB	648.444	43%	14	3,50	15	3,59%
PR	799.463	44%	14	3,50	14	3,35%
PCdoB	392.195	45%	12	3,00	12	2,87%
CIDADANIA	482.543	42%	10	2,50	11	2,63%
PRB	389.434	51%	10	2,50	11	2,63%
PSD	317.420	44%	10	2,50	10	2,39%
PV	376.512	41%	10	2,50	10	2,39%
PATRIOTA	72.702	40%	8	2,00	9	2,15%
AVANTE	185.564	45%	8	2,00	9	2,15%
PRP	250.469	45%	8	2,00	8	1,91%
PSC	421.661	44%	8	2,00	8	1,91%
PSOL	122.571	43%	8	2,00	8	1,91%
NOVO	8.825	11%	7	1,75	7	1,67%
PCB	14.836	45%	7	1,75	7	1,67%
PCO	2.938	41%	7	1,75	7	1,67%
PPL	39.562	43%	7	1,75	7	1,67%
PROS	91.077	40%	7	1,75	7	1,67%
PSDC	186.337	44%	7	1,75	7	1,67%
PSL	226.551	43%	7	1,75	7	1,67%
PTC	198.443	44%	7	1,75	7	1,67%
PODEMOS	161.551	43%	7	1,75	7	1,67%
REDE	17.761	17.761	7	1,75	7	1,67%
SD	181.125	45%	7	1,75	7	1,67%
PHS	210.402	44%	7	1,75	7	1,67%
PMB	38.299	55%	6	1,50	6	1,44%
PRTB	136.236	43%	6	1,50	6	1,44%

PSTU	17.408	46%	6	1,50	6	1,44%
PTdoB	223.895	45%	6	1,50	6	1,44%
Total Geral			400	100	419	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2020.

A Tabela 3 mostra uma descrição do perfil das informantes da pesquisa. O perfil predominante é de mulheres entre 25 e 49 anos, solteiras, com renda mensal entre cinco e dez mil reais, com ensino médio e superior. Quanto à região geográfica, prevalecem as de maior população: SE, S e NE, que são também as que concentram o maior eleitorado e maior quantidade de filiados/as.

Tabela 3 – Perfil das informantes

FAIXA ETÁRIA	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA %
16 a 17 anos	12	2,86%
18 a 24 anos	34	8,11%
25 a 29 anos	82	19,57%
30 a 39 anos	118	28,16%
40 a 49 anos	122	29,12%
50 a 59 anos	40	9,55%
Acima de 60 anos	11	2,63%
Subtotal	419	100,00%
ESTADO CIVIL	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA %
Solteira	233	55,61%
Casada / União estável	84	20,05 %
Divorciada	63	15,04 %
Viúva	39	9,31 %
Subtotal	419	100,00%
RENDAMENTO FAMILIAR MENSAL	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA %
Acima de 10 mil reais	136	32,77%
De 5 a 7 mil reais	102	24,58%
De 7 a 10 mil reais	88	21,20%
De 2 a 5 mil reais	65	15,66%
Até 2 mil reais	22	5,30%
Prefiro não declarar	6	0,48%
Subtotal	419	100,00%
ESCOLARIDADE	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA %
Médio	97	23,15%
Superior tecnólogo	89	21,24%
Técnico	82	19,57%
Superior graduação	81	19,33%
Pós-graduação	51	12,17%

Fundamental	19	4,53%
Subtotal	419	100,00%
REGIÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA %
Sudeste	150	35,89%
Sul	95	22,49%
Nordeste	94	22,49%
Centro Oeste	51	12,20%
Norte	29	6,94%
Subtotal	419	100,00%
Total	419	

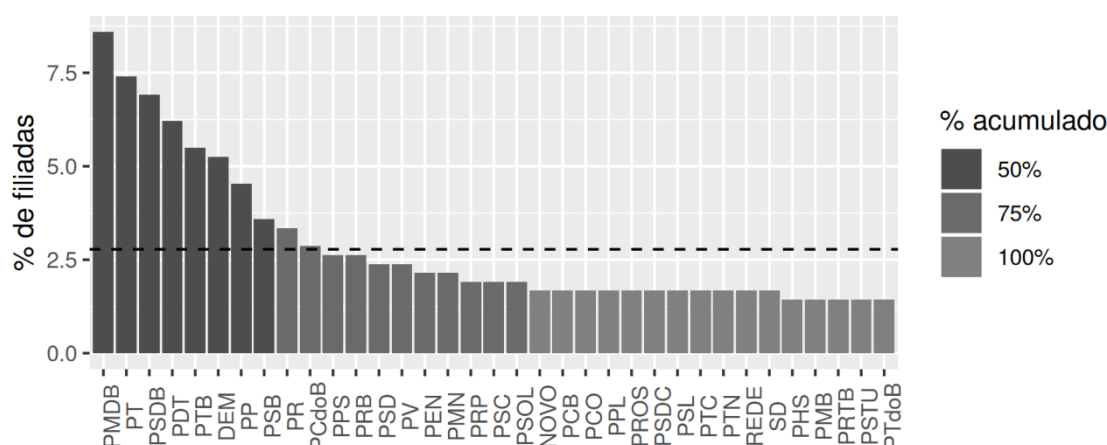
Fonte: Elaboração própria, 2020.

Antes da análise dos dados apresentamos ainda um panorama relativo à filiação partidária no Brasil, com a descrição das informações referentes a cada um dos 35 partidos registrados na Justiça Eleitoral até o ano de 2018 (Apêndice 1). O total geral de mulheres filiadas corresponde a 44%, enquanto os homens são 56%. A predominância de filiados masculinos ocorre em todas as legendas, com exceção do PMB e do PRB, que contam com 55% e 51% de mulheres filiadas, respectivamente. Destacam-se ainda com 45% de mulheres entre seus filiados: PCdoB, PCB, MDB, Avante, PRP, PT e SD. O Partido Novo conta com o menor percentual de mulheres filiadas (11%).

Observa-se que a distribuição de filiadas entre os partidos é fortemente assimétrica. Como vemos no Gráfico 1, 50% das filiadas concentram-se em 22% dos partidos (8 em números absolutos). Nesse contexto destacam-se MDB (8,59%), PT (7,40%) e PSDB (6,92%) como os partidos com mais filiadas. É importante notar que entre os maiores partidos em termos de filiação todos os matizes ideológicos clássicos estão contemplados, centro, esquerda e direita.⁵

⁵ Utilizamos a classificação de Codato, Berlatto e Bolognesi (2018).

Gráfico 1 - Participação em atividades do partido



Fonte: Elaboração dos autores, 2020.

A concentração de mulheres filiadas aos maiores partidos reflete elementos da cultura política brasileira e da própria estrutura do sistema partidário nacional (RIBEIRO, 2013). Aquelas agremiações com inserção e ramificação na maior quantidade de estados e municípios apresentam condições mais favoráveis para o recrutamento e a filiação de mulheres, desde que isso seja definido como prioridade. Além disso, o sistema brasileiro favorece as maiores legendas, com mais recursos financeiros do fundo partidário. Esses recursos permitem maiores investimentos em estratégias para atrair mulheres, como cursos online direcionados para o público feminino e a institucionalização de núcleos, secretarias e similares voltados especificamente para agregar e organizar a militância feminina (BARROS, 2015; BARROS; RODRIGUES; MARTINS, 2015; BARROS, 2017).

Uma das características fundamentais da filiação partidária é a possibilidade de incremento na participação política desses membros. Isto é, ser um filiado já é uma característica que distingue esse grupo da população em geral. Mas aqui, vamos avaliar quais são as variáveis de perfil pessoal que afetam a intensidade da participação. O Gráfico 1 resume a situação relativa à participação das mulheres nas atividades partidárias.

No questionário aplicado as atividades elencadas eram as seguintes: militância das redes digitais (96%); reuniões dos diretórios femininos locais

(17%); cursos de formação política (17%); militância de rua (16%); reuniões municipais (15%); apoio na organização de campanhas eleitorais (12%); reuniões nacionais (8%); reuniões estaduais do partido (7%). A predominância da militância digital se explica pelo baixo investimento e pelas facilidades oferecidas às filiadas, cuja atuação pode ocorrer em qualquer lugar e a qualquer hora, inclusive no ambiente doméstico (BARROS, 2015).

A participação nas reuniões dos diretórios femininos locais também se justifica pela facilidade de acesso às reuniões, pois são realizadas na cidade onde moram as filiadas. Além disso, destaca-se o baixo custo, visto que não exige longos deslocamentos. Tais reuniões geralmente são realizadas nos finais de semana, outro fator que facilita a presença das mulheres. Os cursos de formação política se explicam pelo elevado interesse das mulheres pelo conhecimento e pela exigência da legislação brasileira, que obriga os partidos a investir até “20% dos recursos oriundos do Fundo Partidário para atividades de educação política, além de manutenção de institutos de pesquisa e doutrinação” (BARROS; RODRIGUES; MARTINS, 2015, p. 11).

204

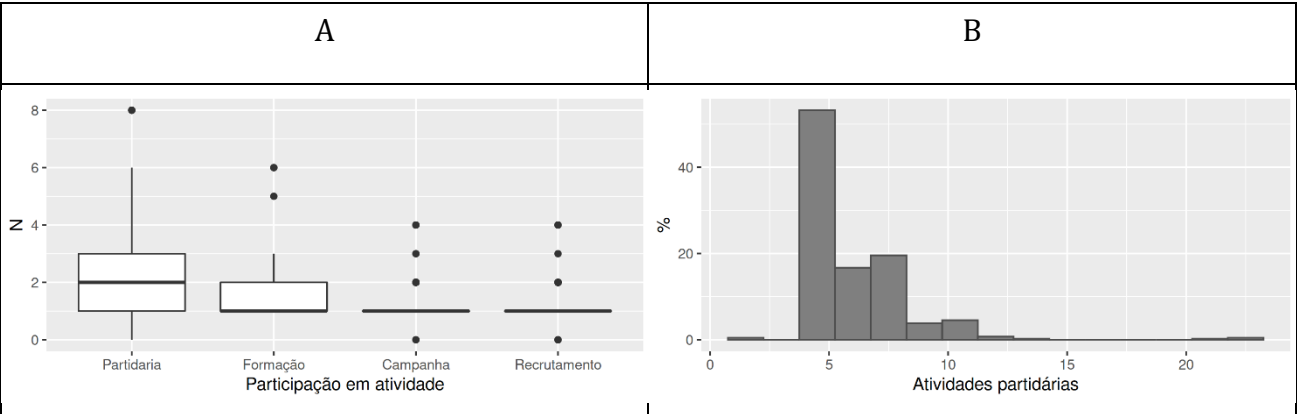
A participação em atividades relacionadas aos partidos é diferente quando se leva em conta o tipo de atividade. Por exemplo, no Gráfico 2, observamos que no que se refere as atividades de campanha e recrutamento as filiadas tendem a exercer apenas uma atividade. Nesse sentido, esse tipo de atividade parece engajar menos as filiadas. Essa afirmação parece fazer sentido, principalmente ao olharmos as atividades partidárias e de formação política. Na média, as filiadas participam de 2,08 atividades partidárias e 1,39 atividades formação política. A mediana das atividades só foi superior a 1 no caso de atividades partidárias; metade da distribuição participou de pelo menos 2 atividades partidárias, mas apenas 25% deles participaram de pelo menos 3. No caso, de formação política, os últimos 25% participaram de, pelo menos, duas atividades.

De fato, atividades de campanha política na rua e recrutamento são aquelas com menor engajamento. Aqui há dois fatores que devem ser considerados. O primeiro é o tempo necessário para as atividades de campanha política e eleitoral na rua, o que dificulta a participação de mulheres, especialmente aquelas que são casadas, devido ao tempo destinado aos afazeres domésticos. O segundo

certamente está relacionado à centralização do planejamento e execução das atividades relativas ao recrutamento, cujos responsáveis, geralmente são pessoas que ocupam cargos na hierarquia administrativa dos partidos, sendo, portanto, um número limitado de indivíduos, geralmente homens (BARROS, 2017).

O Gráfico 2 apresenta ainda a distribuição média da soma da participação em todas as atividades partidárias, de formação, campanha política e recrutamento. Observamos uma distribuição assimétrica à direita, isto é, à medida que o indicador de participação aumenta menos frequente ele é. Ao levar em conta todas as atividades, na média cada filiada participa de 5,86% atividades. De acordo com a mediana, metade das filiadas participou de pelo menos cinco atividades, sendo que os 25% participaram de pelo menos sete delas. Trata-se, aparentemente, de um nível expressivo de participação das filiadas.

Gráfico 2 - Média de participação em atividades do partido



Fonte: Elaboração dos autores, 2020.

O Gráfico 2 (acima) evidencia que não há uma correspondência perfeita entre ter mais filiadas e maior participação em atividades. MDB e PSDB mesmo sendo dois dos maiores partidos em termos de filiadas, estão pouco acima da média de participação. Por outro lado, as filiadas do PSOL, REDE e PT destacam-se no engajamento nas atividades dos partidos. Isso mostra que o volume de filiadas não é necessariamente um indicador de qualidade em termos de envolvimento das filiadas com as atividades partidárias.

Os partidos à esquerda, como no caso dos acima mencionados, mesmo com um número menor de mulheres filiadas, contam com maior engajamento das mulheres. Além dos fatores já conhecidos pela literatura (ALMEIDA, 2015; PINTO,

2018), certamente a cultura interna dessas legendas favorece a maior participação de mulheres. Estudos recentes sobre os estatutos partidários mostram as agremiações mencionadas buscam oferecer condições mais favoráveis para a participação de mulheres (GUIMARÃES; RODRIGUES; BRAGA, 2019).

Por outro lado, vemos que mesmo com menos filiadas (tamanho organizacional) partidos como Patriota, PTdoB e PSTU não conseguem engajar suas filiadas como seria esperado pela lógica da ação coletiva em grupos menores (LACERDA, 2011; SOMBRA, 2016). Certamente isso se deve à estrutura hierarquizada e oligárquica e da baixa nacionalização.

Convém ressaltar, contudo, que participar em menos atividades não significa necessariamente baixo engajamento, considerando a qualidade ou impacto da participação das filiadas, inclusive do ponto de vista do tempo dedicado. Essa medida apenas sintetiza disponibilidade para participar. É totalmente cabível que uma filiada participe pouco, mas seja de importância fundamental no desenvolvimento do partido. Outras, ao contrário, podem participar de muitas atividades simultaneamente, porém com dedicação de pouco tempo e em atividades de menor peso para o fortalecimento da participação feminina no interior das agremiações.

Mas quais são as variáveis que afetam a participação em atividades do partido? Quais são as possíveis causas do maior engajamento nesse tipo de atividade? Abaixo comparamos o indicador de participação e variáveis de perfil das filiadas. Podemos iniciar com características de perfil socioeconômico das filiadas.

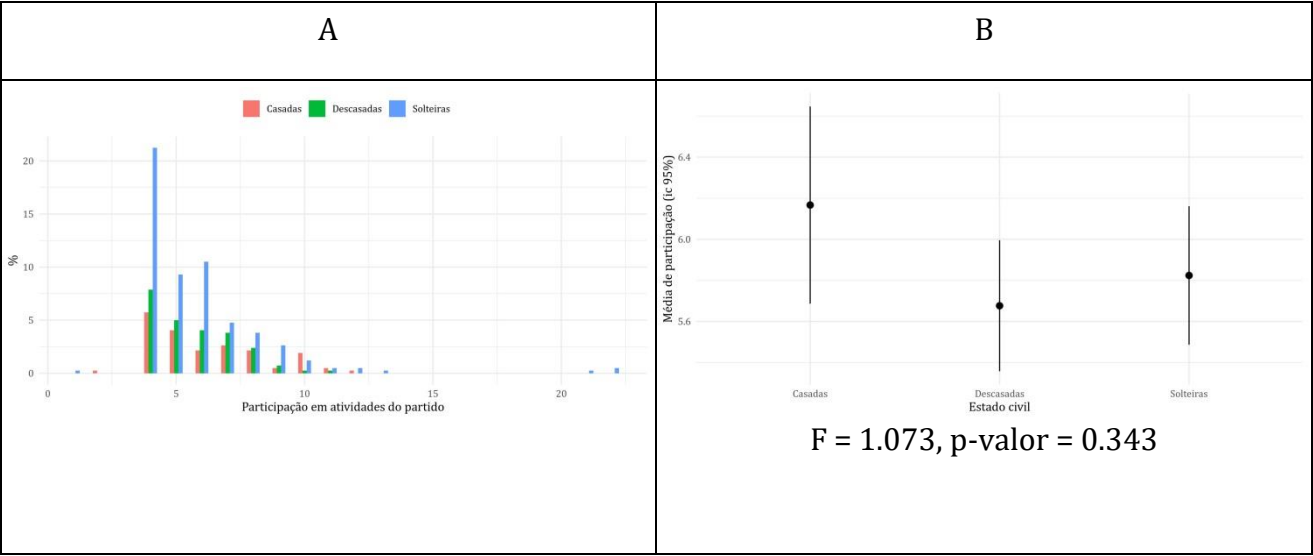
Ribeiro (2013, p. 43) ressalta que a desigualdade na distribuição dos recursos financeiros e políticos é um problema estrutural no Brasil. Para o autor, todas as modalidades de envolvimento político “são distribuídas de forma desigual entre a população, sendo mais recorrentes entre aqueles que possuem maior volume de recursos materiais e cognitivos”. Elementos como a renda, escolaridade, gênero, raça/cor, região de residência são apontados como os principais fatores que podem estimular ou limitar a participação política. Isso porque as desigualdades socioeconômicas produzem desigualdades políticas (ALENCAR et

al., 2013). A inclusão e inserção de mulheres no âmbito dos partidos políticos estão diretamente relacionadas com essas questões.

3.1 Variáveis socioeconômicas x participação partidária

A figura abaixo sumariza como a participação está relacionada ao estado civil das filiadas.

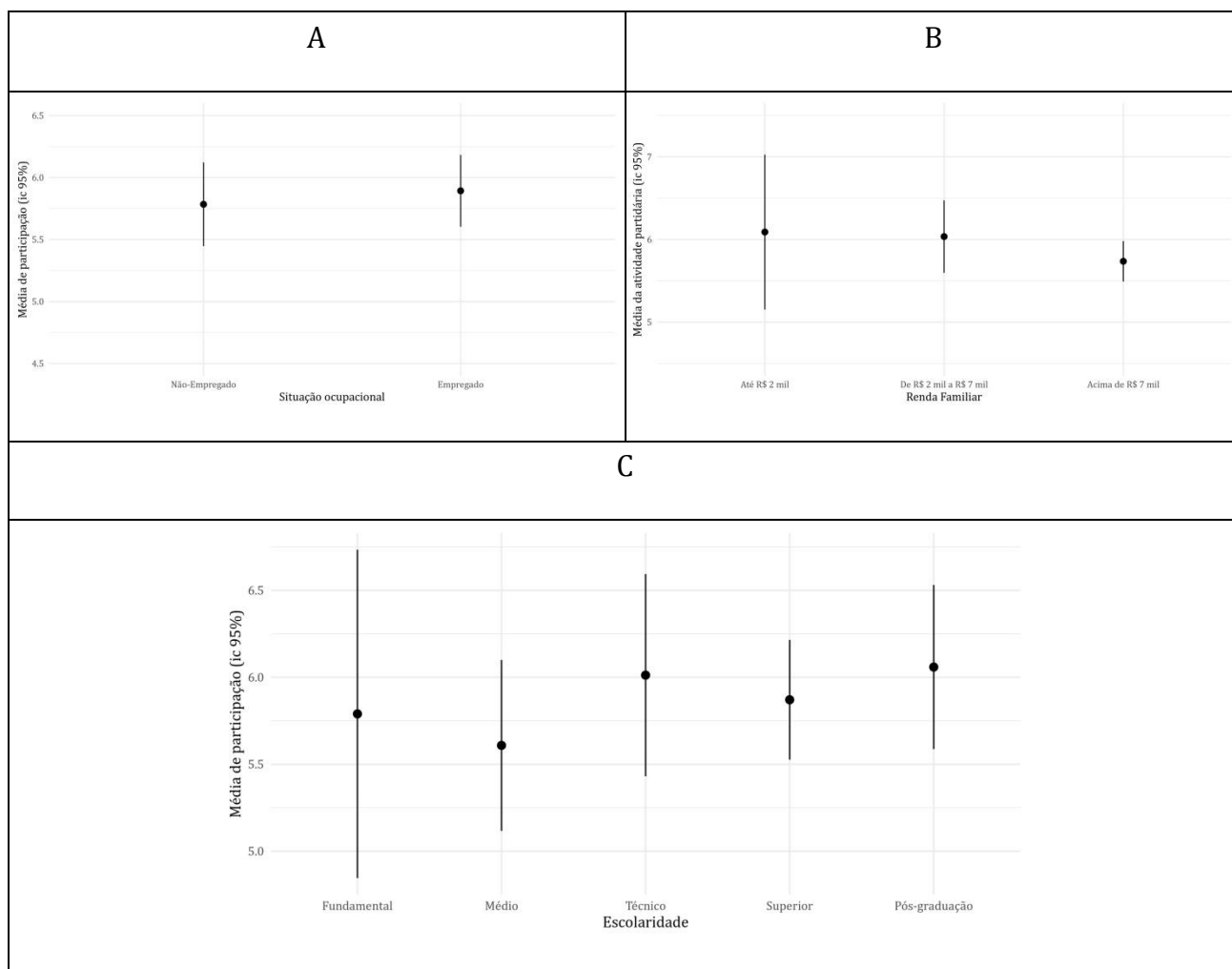
Gráfico 3 - Estado civil e participação em atividades do partido



De acordo com os dados do Gráfico 3, podemos observar que à medida que se aumenta os valores de participação, menor tende a ser a diferença entre as solteiras e as demais. Isto é, quando se fala de participação entre quatro e seis atividades diferentes no partido as solteiras levam vantagem em relação às casadas e descasadas, mas o contrário não é verdadeiro. Mulheres não casadas também são participativas. Fizemos uma comparação entre as médias de participação com intervalo de confiança de 95%. Observamos que as casadas na média participam de mais atividades do que os demais. Contudo, como vemos nas barras, os intervalos de confiança se interpõem indicando não haver a possibilidade de diferenciação estatística decorrente do estado civil.⁶

⁶ Fizemos também o teste agregando solteiras e descasadas no mesmo grupo. Do mesmo modo o teste indicou não haver diferenças estatísticas significativas no que concerne a participação em atividades partidárias.

Gráfico 4 - Variáveis socioeconômicas e participação em atividades partidárias



Fonte: Elaboração dos autores a partir dados do TSE, 2018.

O Gráfico 4 apresenta as típicas variáveis de perfil socioeconômicas e sua relação com a participação em atividades partidárias. Filiadas que estão empregadas são um pouco mais participativas do que as desempregadas (uma diferença de 0,12). Entretanto, essa diferença é praticamente nula em termos de significância estatística. Vemos, por outro lado na parte B do gráfico, que alta renda familiar está relacionado a menor participação. Filiadas com renda mensal de até R\$ 2 mil tem participação média de 6,09, enquanto o grupo de até R\$ 7 mil aparece com média 6,0; e 5,74 para renda superior a esse intervalo. Como vemos, as médias são praticamente iguais nas duas primeiras faixas. Filiadas com renda no maior estrato tendem a ser menos participativas em média, que as do grupo anterior.

A questão da renda certamente é complexa, mas um dos fatores que devemos considerar é que pessoas de baixa renda tendem a participar mais

quando se trata de mobilizações em prol de reivindicações associadas a políticas públicas voltadas para suprir necessidades materiais da população. Entre essas reivindicações destacam-se: emprego, saúde, educação, segurança, transporte público e moradia. As pessoas de maior renda, ao contrário, mobilizam-se menos em relação a esses temas, devido sua condição financeira (VIANA, 2019). No caso dos partidos, certamente esses fatores também influenciam, mesmo que não seja possível estabelecer uma relação direta no caso em estudo.

Finalmente, na parte C do Gráfico 4 observamos o perfil educacional. Como vemos alto nível educacional parece indicar maior participação. Tanto curso técnico, graduação e pós-graduação possuem média superior que filiadas com apenas nível fundamental ou médio. Esses dados, não podem ser generalizados para a população, contudo. Apesar disso, convém mencionar os estudos que mostram o quanto a educação pode favorecer a cultura democrática e a participação política (BARROS, 2016b). Embora ainda não haja estudos específicos acerca da influência da escolarização na filiação partidária de mulheres e na participação delas no interior das agremiações, certamente as conclusões de estudos mais amplos não devem ser desconsideradas.

209

3.2 Capital familiar, capital militante e participação nas atividades partidárias

Agora podemos descrever como variáveis sociopolíticas podem afetar a participação das filiadas. Os dados mostram que 48,93% das filiadas atribuem a filiação ao incentivo da família. Quanto à influência de movimentos militantes, 20,5% informaram que foram motivadas pela militância estudantil, enquanto 11,22% filiaram-se em função do ativismo em movimentos sociais. A convivência com pessoas já filiadas aos partidos aparece com 13,60%, superando a influência dos movimentos sociais.

Apenas 6,21% tomaram a iniciativa de procurar o partido por conta própria, revelando o quanto as relações sociais interferem na decisão de se filiar.

Estudos sobre socialização política de jovens⁷ são convergentes com esses resultados, como o de Barros (2018, p. 870) que mostra “a força dos suportes sociais de proximidade na formação e socialização política, tanto em termos de fontes de informação como de influência política e partidária”. O mesmo estudo apresenta percentuais similares relativos à influência dos movimentos estudantis e dos movimentos sociais na socialização política, com 20,83% e 12,60%, respectivamente. Essa convergência nos leva a pensar que a socialização política das mulheres que decidiram se filiar a partidos políticos, pelo menos na fase juvenil, não foi tão diferenciada em relação aos homens.

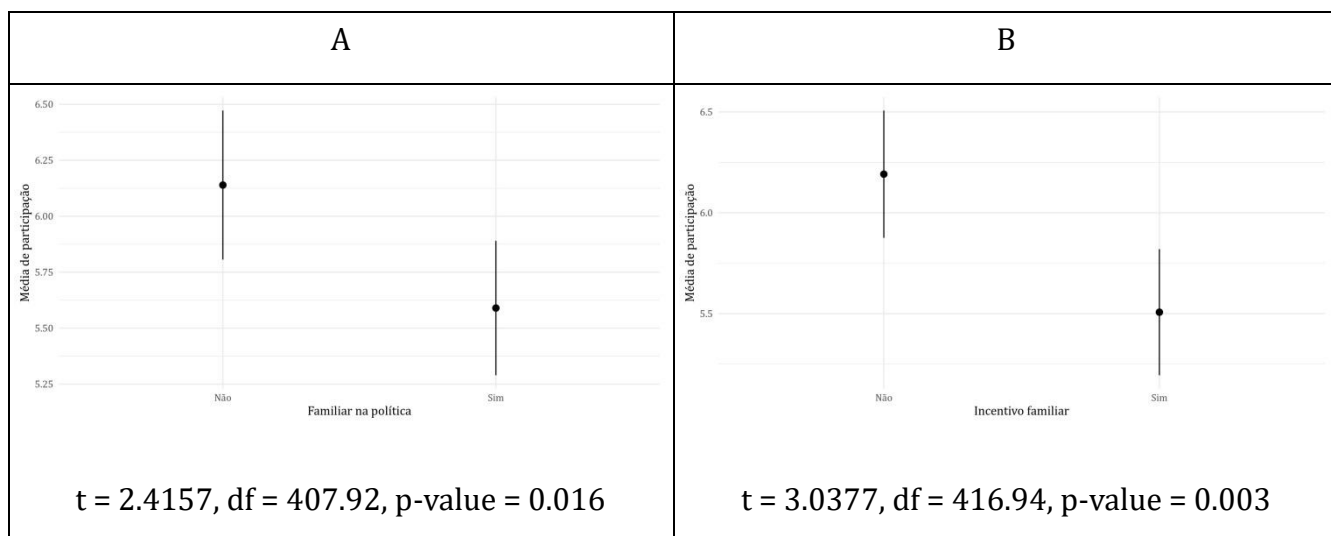
Interessante observarmos que 52,03% delas indicam que possuem algum familiar na política. Esse dado mostra a força do capital familiar na política brasileira (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015). O capital familiar é definido pelos autores como uma forma de capital político que é derivado das relações de parentesco, levando alguém a ter sucesso na política pelo simples fato de fazer parte de uma família com tradição na política. Isso significa que o simples fato de carregar um sobrenome de prestígio no campo político já pode gerar capital eleitoral, com larga vantagem em relação àqueles e àquelas que não contam com familiares em cargos de liderança política.

As pesquisas empíricas mostram que as mulheres são as que mais se beneficiam do capital familiar, principalmente no caso de partidos tradicionais, conservadores e de direita. Esse tipo de capital é mais concentrado em regiões menos desenvolvidas, com baixo índice de desenvolvimento socioeconômico e eleitores pouco escolarizados. Esse tipo de capital gera práticas políticas clientelistas e contribui para a “formação de clãs políticos, cujos integrantes são estimulados ou mesmo constrangidos a ocupar os espaços que os membros mais velhos ou mais importantes deixam para trás” (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015, p. 727).

Agora vamos verificar se esse fato afeta a chance de uma filiada participar mais ou menos das atividades do partido, conforme exposto no Gráfico 5.

⁷ Utilizamos estudos sobre socialização política de jovens porque não há estudos brasileiros sobre a socialização política de mulheres. Entretanto, consideramos o paralelo válido, visto que essas mulheres também foram jovens.

Gráfico 5 - Influência familiar x Participação em atividades do partido (ic 95%)



Fonte: Elaboração dos autores a partir dados do TSE, 2018.

Embora a família influencie as mulheres na decisão de se filiar, os dados sugerem que mulheres que não foram suscetíveis a influência familiar possuem maior indicador de participação em atividades partidárias. De acordo com esses dados, a média de participação de mulheres que não tem familiares na política partidária é de 6,14%, enquanto para aquelas com algum familiar na política, o percentual é de 5,59%.

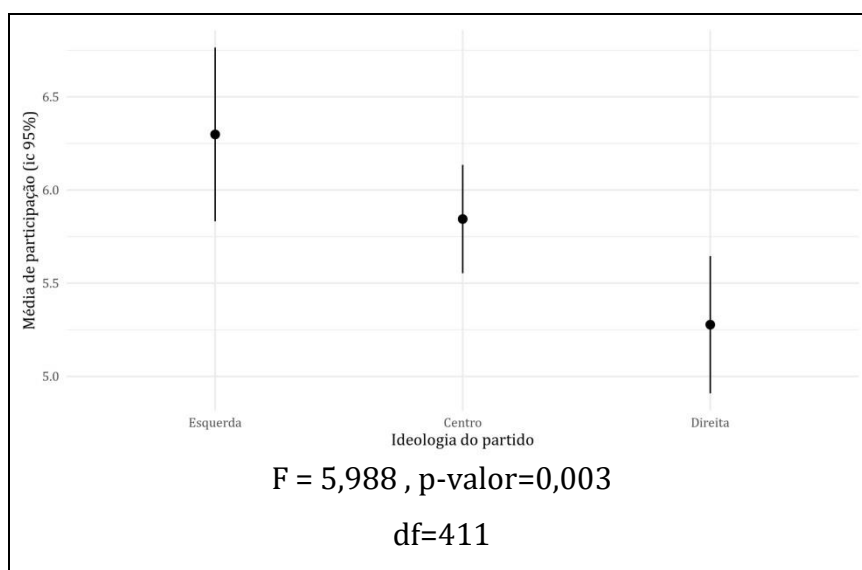
É oportuno mencionar aqui que, em contraposição ao capital familiar, existe o capital militante, que é construído ao longo de uma trajetória de engajamento e ativismo em um movimento social específico, com uma pauta definida e socialmente legitimada. O alcance e a força do capital militante estão condicionados à abrangência geográfica do movimento, à inserção em múltiplas redes sociais e conexões com movimentos similares (ROMBALDI, 2006; SEIDL, 2014; PALUMBO, 2018). Geralmente o militante político vai acumulando capital ao conquistar a confiança das bases, o que o leva a exercer postos de comando em liderança em níveis mais abrangentes, passando de uma associação de bairro ao plano da cidade, do município, do estado, até alcançar visibilidade e prestígio em nível nacional. No caso das mulheres filiadas, esse capital as credencia inicialmente ao cargo de vereadora e depois a postos de maior abrangência geográfica, como prefeita, deputada estadual, governadora, deputada federal, senadora.

De maneira semelhante, mulheres que receberam incentivos de outras pessoas para sua filiação (colegas de movimentos estudantis e de movimentos sociais) participam em média de 6,19% das atividades. Isso representa 0,68% a mais do que pessoas que se filiaram graças ao incentivo de algum parente. As diferenças apresentadas possuem significância estatística. Isto é, mesmo sendo uma diferença pequena, temos evidências de que seria bastante improvável observá-la ao acaso. O capital militante é mais relevante, portanto, para esse segmento específico.

3.3 Espectro ideológico x participação nas atividades partidárias

O Gráfico 6 apresenta os dados relativos ao espectro ideológico dos partidos, conforme a percepção das informantes.

Gráfico 6 - Ideologia partidária e participação das filiadas



Fonte: Elaboração dos autores a partir dados do TSE.

Normalmente espera-se que no Brasil, partidos de esquerda consigam manter suas filiadas engajadas em maior quantidade e qualidade, como mostram vários estudos já mencionados na primeira parte do texto (ALMEIDA, 2015; PINTO, 2018). Nossa variável não captura a ideologia real dos partidos, mas sim, como as filiadas os enxergam. Nossos dados mostram que partidos considerados de esquerda pelas informantes possuem mulheres filiadas mais engajadas no que

se refere a sua participação em atividades do partido, uma média de 6,30% atividades.

Partidos considerados de centro possuem uma média de atividade de 5,98% e os de direita 5,28%. Contudo, ao avaliarmos os intervalos de confiança e um teste de *Tukey*, a única diferença significativa a 5% é entre partidos de esquerda e direita. Sendo que os primeiros contam com filiadas mais participativas: 1,02 a mais na média.

Os partidos considerados de centro são os predominantes na escolha das filiadas, quando se trata de espectro ideológico, como mostra a Tabela 4, seguidos dos partidos de esquerda. Os de direita aparecem em último lugar. É oportuno ressaltar que aqui estamos tratando das autopercepções das filiadas. Afinal, o debate acerca do enquadramento dos partidos brasileiros em determinado espectro ideológico não é simples, mas bastante controverso. Mesmo assim, como explicam Tarouco e Madeira (2013, p. 109), “apesar da alardeada inconsistência ideológica dos partidos brasileiros, a sua classificação na dimensão esquerda-direita é reconhecida tanto pelos próprios políticos quanto pelos analistas”.

213

Para os autores, “isto significa que as classificações correntes são na maioria válidas e podem continuar sendo usadas nos estudos que, ainda hoje, procuram pelos efeitos da ideologia partidária sobre outras variáveis” (TAROUCO; MADEIRA, 2013, p. 109). Para os nossos propósitos aqui, achamos pertinente a definição de (SCHEEFFER, 2018, p. 4) de que

a esquerda representa o conjunto de forças que luta, essencialmente, por transformações que resultem na instauração de uma ordem diferente da capitalista, ou transformações que resultem em uma reformulação substancial da mesma. Mesmo que o teor e o grau das mudanças possam variar de acordo com uma esquerda mais ou menos “radical”, o que está presente em qualquer esquerda é o caráter contestatório assumido. A direita, por outro lado, se refere às forças favoráveis à manutenção da ordem social e política. A direita se preocupa, basicamente, em conservar e não alterar o sistema que está dado.

Tabela 4 - O que teve mais peso na escolha do partido quanto ao posicionamento ideológico?

Respostas	Frequência absoluta	Frequência relativa %
O fato de ser um partido com um claro posicionamento de centro	199	47,84%
O fato de ser um partido com um claro posicionamento de esquerda	114	27,40%
O fato de ser um partido com um claro posicionamento de direita	101	24,28%
Não sei avaliar	5	0,48%
Total	419	100,00%

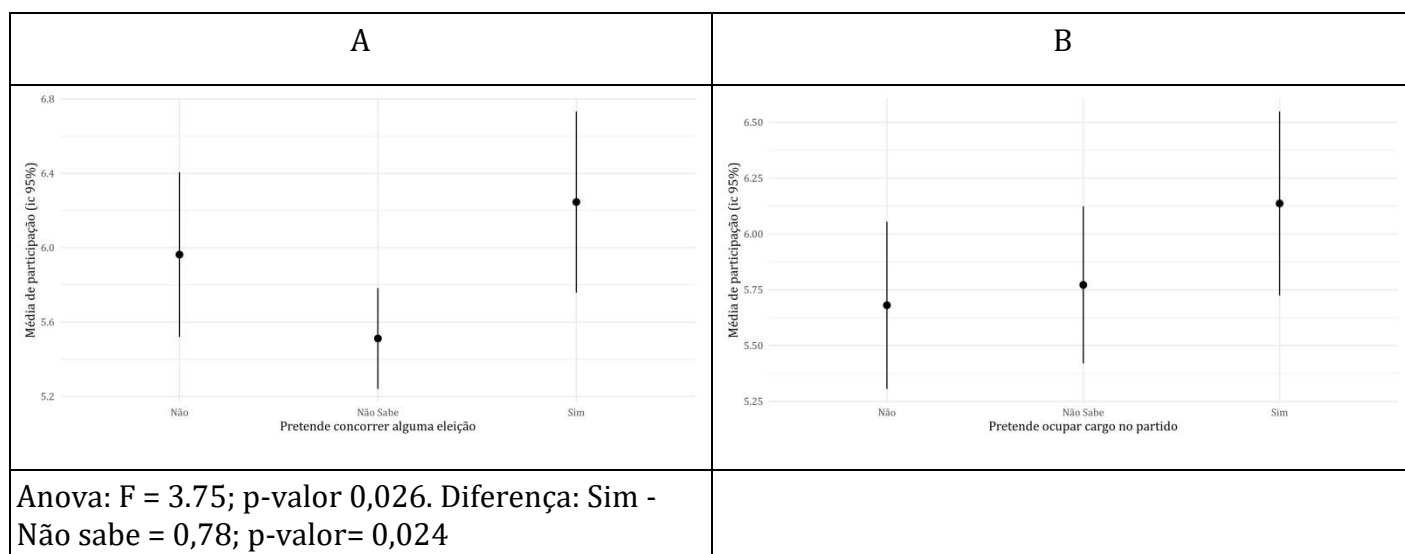
Fonte: Elaboração própria, 2020.

Em estudo mais recente Codato, Berlatto e Bolognesi (2018) também reconhecem que o quadro partidário instável no Brasil dificulta a classificação em função de um eixo esquerda-centro-direita e citam o trabalho de Tarouco e Madeira (2013) como válido atualmente.

214 **3.4 Interesse em disputar eleições x participação nas atividades partidárias**

O interesse em disputar uma eleição pode incentivar a participação das filiadas em atividades partidárias. A figura abaixo sumariza essas informações.

Gráfico 7 - Interesse em concorrer e média de participação



Fonte: Elaboração dos autores a partir dados do TSE (2018).

De acordo com nossos dados, o item “filiadas que assinalam o interesse em disputar alguma eleição” possui uma média de atividade maior que as demais. A diferença é de 0,28 entre aquelas que dizem “Não” e aquelas que dizem “Sim”. A diferença entre as que dizem “Sim” e “Não sabe” é 0,73. A única diferença significativa é justamente essa, filiadas que pensam em ser futuras candidatas são estatisticamente mais participativas do que aquelas que ainda não sabem se serão candidatas. No caso da pretensão em assumir cargos na burocracia do partido a participação em atividades partidárias é maior em média (6,14) do que as que não querem (5,69) ou não sabem (5,77). Embora não haja possibilidade de generalização é importante salientar como as médias tendem a se afastar indicando uma diferença importante.

215

O interesse em disputar eleição pelo partido parece estar relacionado à participação nas atividades, mas não de forma linear. Enquanto, filiadas que dizem que pensam em ser candidatas são mais participativas em média, as menos participativas são aquelas que respondem não saber se irão se candidatar. Isto é, as que respondem “Não” à questão possuem nível de atividade partidária mais próximo das que respondem “Sim” do que aquelas que estão em dúvida. No caso da ocupação de cargos, as filiadas com interesse são consideravelmente mais ativas na participação do que as demais.

Novos estudos podem ser realizados para aprofundar como a ambição política afeta o comportamento das filiadas. Entretanto, já existem pesquisas que confirmam maior predisposição das afiliadas a se envolverem mais intensamente nas atividades partidárias quando há interesse em se candidatar e concorrer a eleições, a exemplo do estudo já citado de Resende e Eptácio (2017) que mostra como isso ocorre de forma expressiva no caso de candidaturas de mulheres ao cargo de vereadora.

4 Considerações finais

Mais que propor correlações ou generalizações, os dados descrevem um elemento essencial da atividade político-partidária: a participação das filiadas nas atividades das legendas. Tanto informações de participação nos partidos, quanto

de perfil de filiados/as são escassas no Brasil (RIBEIRO; AMARAL, 2019). Nesse sentido, iniciamos um campo aberto de investigação.

Observamos que as filiadas tendem a se concentrar nos grandes partidos nacionais em todos os espectros ideológicos, o que se explica certamente pelas maiores possibilidades de recursos oferecidos pelas grandes agremiações. Nesse sentido, as filiadas estão sendo integradas na política mais tradicional (sem nenhuma conotação pejorativa), ou seja, nas maiores agremiações, que já dominam o cenário político em termos nacionais. Aqui percebemos empiricamente a relevância da nacionalização dos partidos, como mostram vários estudos citados na primeira parte do texto (GUIMARÃES; RODRIGUES; BRAGA, 2019).

A integração ativa dessas filiadas também não é homogênea entre os partidos. Uma agenda futura poderia buscar responder o que cada um desses partidos faz para estimular a participação de suas filiadas ou a quais papeis internos elas são incentivadas a exercer. Nossos dados sugerem a existência de diferenças entre as legendas, o que demandaria estudos mais detalhados, especialmente pesquisas qualitativas.

216

Os dados sugerem ainda que as filiadas participam de forma diferente ao variar as atividades. Militância partidária nas redes digitais e cursos de formação política contam com maior adesão delas, do que as atividades de campanha e recrutamento político. Uma nova agenda pode contribuir ao avaliar novos tipos de atividades, sejam em estudos com *large n* ou estudos de casos.

Os dados de perfil socioeconômico são pouco conclusivos. Em alguns casos diferenças são mais claras, mas com baixa capacidade generalizante. Mulheres solteiras, viúvas e divorciadas, com situação ocupacional empregada, com renda de até R\$ 2 mil reais e com educação maior que ensino médio são mais participativas. O problema relativo ao estado civil parece ser facilmente explicado em função da menor demanda doméstica em termos de cuidados com filhos e com a casa de modo geral. Entretanto, chama atenção o fator renda, visto que as filiadas com maior renda mensal familiar são menos participativas.

No caso de variáveis sociopolíticas, os resultados mostram que o capital familiar não atua como motivador da participação nas atividades internas dos partidos. O que podemos deduzir de tais informações é que aquelas que se

beneficiam das relações familiares não se sentem motivadas ao envolvimento nas atividades porque o *status* familiar já parece suficiente para lhe garantir prestígio interno no âmbito das legendas e sucesso na carreira. Ao contrário dessas, aquelas que não usufruem desse tipo de capital buscam pelos seus próprios meios, formas de credenciamento no interior dos partidos, por meio das atividades internas proporcionadas pelas agremiações. Desprovidas de capital familiar, essas mulheres procuram desenvolver capital militante, como forma de adensar sua atuação no partido e se credenciar perante suas parceiras de legenda e também fora do âmbito partidário. Aqui percebemos convergência com as conclusões de Barreira e Gonçalves (2012), no que se refere à atuação de mulheres militantes de partidos de esquerda.

Por outro lado, a distinção é clara entre a percepção da ideologia partidária e participação das filiadas. Aquelas que enxergam seus partidos à esquerda são em média mais participativas que aquelas que enxergam seus partidos como de centro e de direita. Esse resultado encontra respaldo teórico que indica mais capacidade de mobilização participativa nos partidos mais à esquerda no espectro ideológico, conforme foi ressaltado na primeira parte do texto (KATZ; MAIR, 1992; SACCHET, 2012; ALMEIDA, 2015).

Nossos resultados possuem baixa capacidade de generalização, mas entregam descrição e *insights* para futuras investigações que parecem promissoras. Novos estudos poderão ser direcionados de forma a superar as limitações apontadas aqui e estabelecer uma agenda frutífera de investigação sobre filiação e participação de mulheres nas organizações partidárias brasileiras. Essa abordagem se reveste de especial interesse mediante os estudos que mostram o quanto isso pode impulsionar candidaturas femininas (RESENDE; EPITÁCIO, 2017; MORAES; GOULART; MERLO, 2017). Igualmente relevantes são os estudos internacionais que mostram que a filiação partidária e a participação das mulheres nas atividades internas das legendas impulsionam carreiras políticas (MATLAND, 2002; ARAÚJO, 2005).

5 Referências

ALENCAR, Joana et al. Participação social e desigualdades nos conselhos nacionais. *Sociologias*, v. 15, n. 32, 2013. p. 112-146.

ALMEIDA, Maria Antónia Pires. Mulheres na política portuguesa. In: FERREIRA, Eduarda et al (Org.). *Percursos feministas: desafiar os tempos*. Lisboa: Universidade Feminista/UMAR, 2015. p. 164-174.

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista de Sociologia e Política*, n. 24, 2005. p. 193-215.

BARBOSA, Tiago Alexandre Leme. Mulheres na elite partidária brasileira: uma análise exploratória das Comissões Executivas estaduais. *Observatório de elites políticas e sociais do Brasil*, Curitiba, v. 2, n. 10, 2015. p. 1-13.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo; GONÇALVES, Dannyelle Nilin. Presença e ausência de candidatas: mapeando representações de dirigentes partidários. In: ALVES; J. E.; PINTO, C.; JORDÃO, F. (Orgs). *Mulheres nas eleições 2010*. Associação Brasileira de Ciência Política, 2012. p. 315-332.

218 BARROS, Antonio Teixeira . Internet e política para mulheres: análise dos websites das parlamentares da Bancada Feminina do Congresso Nacional. *Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico*, v. 1, n. 12, 2015. p. 183-211.

BARROS, Antonio Teixeira; RODRIGUES, Malena. Rehbein; MARTINS, Lúcio Meireles. Estratégias de educação política dos partidos políticos brasileiros: as iniciativas digitais. *Contextualizaciones Latinoamericanas*, v. 7, n.3, p. 1-20, 2015.

BARROS, Antonio Teixeira. Estratégias de educação política dos partidos brasileiros: as iniciativas digitais. *Contextualizaciones Latinoamericanas*, n.13, 2016a. p.17-31.

BARROS, Antonio Teixeira. Educação e legislação: desafios para o aprendizado político e a cultura democrática. *Educação & Sociedade*, v. 37, 2016b. p. 861-872.

BARROS, Antonio Teixeira. *Os partidos políticos brasileiros e suas estratégias digitais para atrair o eleitorado feminino*. Relatório de pesquisa. Brasília, 2017.

BARROS, Antonio Teixeira. Juventude e poder político local: a percepção e o discurso de jovens sobre as eleições municipais de 2016. *Sociedade e Estado*, v. 33, n.3, 2018. p. 849-886.

BARROS, Antonio Teixeira; BUSANELLO, Elisabete . Machismo discursivo: modos de interdição da voz das mulheres no parlamento brasileiro. *Revista Estudos Feministas*, v. 27, n.2, 2019. p. 1-15.

BARROS, Antonio Teixeira; BUSANELLO, Elisabete; MITOZO, Isabele B. Depois de eleitas: os desafios de deputadas federais para o exercício do mandato. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 120, 2020. p. 3-22.

BERNAUER, Julian; GIGER, Nathalie; ROSSET, Jan. Mind the gap: Do proportional electoral systems foster a more equal representation of women and men, poor and rich?. *International Political Science Review*, v. 36, n. 1, p. 78-98, 2015.

BIROLI, Flávia. Divisão sexual do trabalho e democracia. *Dados*, v. 59, n. 3, 2016. p. 719-754.

BRAGA, Maria do Socorro S.; SPECK, Bruno W. Organização partidária e carreiras políticas no nível local. In: XII Encontro da Brazilian Studies Association (BRASA), 2014, Londres. *Anais...Londres*, King's College London, 2014. p. 20-23.

CELIS, Karen; CHILDS, Sarah. The substantive representation of women: What to do with conservative claims?. *Political Studies*, v. 60, n. 1, p. 213-225, 2012.

CODATO, Adriano; BERLATTO, Fábila; BOLOGNESI, Bruno. Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica. *Análise Social*, n. 229, 2018. p. 870-897.

COSTA, Luiz Domingos; BOLOGNESI, Bruno; CODATO, Adriano. Variáveis sobre o recrutamento político e a questão de gênero no Parlamento brasileiro. In: SALGADO, D.; DANTAS, I. (Orgs). *Partidos políticos e seu regime jurídico: o desenho constitucional dos partidos políticos*. Curitiba: Juruá, p. 209-228, 2013.

CROWDER-MEYER, Melody; LAUDERDALE, Benjamin E. A partisan gap in the supply of female potential candidates in the United States. *Research & Politics*, v.1, n.1, 2014. p. 1-7.

CZUDNOWSKI, Moshe M. (1075) "Political Recruitment". In F.I. Greenstein e N. W. Polsby (eds.), *Micropolitical Theory. Handbook of Political Science*. Reading Massachusetts, Addison-Wesley Publishing Company, v.2., p.34-65.

DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ELDER, Laurel. The partisan gap among women state legislators. *Journal of Women, Politics & Policy*, v.33, n.1, 2012. p. 65-85.

FERREIRA, Pedro Ricardo Bernardo. *As juventudes partidárias são uma escola?* Dissertação de mestrado (Ciência Política). Universidade de Aveiro, 2012. 229f.

GOLDENBERG, Mirian. Mulheres & militantes. *Estudos Feministas*, v. 5, n. 2, 1997. p.349-364.

GOMES, Larissa Peixoto Vale. Elegendo mulheres: ideologia partidária, feminismo e inclusão de mulheres na política. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, v.7, n.1, 2016. p. 51-64.

GUIMARÃES, Andre Rehbein Sathler; Malena Rehbein Rodrigues; Ricardo de João Braga. Oligarquia desvendada: Organização e estrutura dos Partidos Políticos Brasileiros. *Dados*, v. 62, n. 2, 2019. p.1-34.

HEIDAR, Knut. Party membership and participation". In: KATZ, Richard S.; WILLIAM J. (Eds). *Handbook of Party Politics*. London: Sage, 2006. p. 301-315.

HAZAN, Reuven. Candidate Selection. In: LEDUC, L.; NORRIS, P. (Ed.). *Comparing Democracies 2. New Challenges in the Study of Elections and Voting*. London/New Delhi, Sage/Thousand Oaks, 2002.

KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. *Party organizations: a data handbook on party organizations in western democracies, 1960-90*. London: Sage, 1992.

KLAR, Samara. When common identities decrease trust: An experimental study of Partisan women". *American Journal of Political Science*, v. 62, n. 3, 2018. p. 610-622.

KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney. The importance of research design in political science. *American Political Science Review*, v.89, n.2, 1995. p.475-481.

KISH, Leslie. Methods for design effects. *Journal of official Statistics*, v. 11, n. 1, p. 55, 1995.

KOSIARA-PEDERSEN, Karina ; SCARROW, Susan; VAN HAUTE, Emilie. Variations in Party Affiliation: Does Form Shape Content. In: *ECPR Joint Sessions of Workshops*, Salamanca, April, 2014. *Anais...Salamanca*, 2014. p. 10-15.

LACERDA, Alan Daniel Freire. Ação coletiva e cooperação intermunicipal em duas metrópoles. *Caderno CRH*, v. 24, n. 61, 2011. p. 153-166.

LLOREN, Anouk. Le genre comme ressource politique au service de la citoyenneté sociale des femmes: Le cas du Parlement suisse. *Cahiers du Genre*, v. 55, n. 2, 2013. p. 149-170.

LOVENDUSKI, J. The Dynamics of Gender and Party Politics. In: LOVENDUSKI, J.; NORRIS, P. (eds.). *Gender and Party Politics*. London: Sage, 1993.

MACHADO, Amanda Santos. *Recrutamento partidário de jovens no Rio Grande do Sul*. Tese de doutoramento (Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. 2016. 258f.

MATLAND, R. Estrategias para ampliar la participación femenina en el parlamento. El proceso de selección de candidatos legislativos y los sistemas electorales. In: MENDEZMONTALVO, M.; BALLINGTON, J. (Orgs). *Mujeres en el Parlamento – más allá de los números*. Stockholm: Institute for Democracy and Electoral Assistance, 2002.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global?. *Revista de sociologia e política*, v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010.

MERLO, Marina. Mulheres tomando partido e partidos fazendo candidatas: a atuação partidária na trajetória das eleitas. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2017.

MIGUEL, Luis Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados. *Dados*, v. 58, n. 3, 2015. p. 721-747.

MOISÉS, José Álvaro; SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. Representação política das mulheres e Qualidade da Democracia: o caso do Brasil. In: MOISÉS, José Álvaro (Org.). *O Congresso Nacional, os partidos políticos e o sistema de integridade: representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo*. – Rio de Janeiro : Konrad Adenauer Stiftung, 2014. p. 89-115.

221

MORAES Peixoto, Vitor; GOULART, Nelson Luis Motta; SILVA , Gabriel Tisse. A cota, o partido e a mulher: duas décadas de vigência das cotas eleitorais de gênero sobre as candidaturas partidárias nas eleições municipais proporcionais (1996-2016). *CSonline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, n. 23, 2017. p. 209-228.

NORRIS, Pippa. Recrutamento político”. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 46, 2013. p. 11-32.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, R. Women Politicians: Transforming Westminster?. In NORRIS, P.;LOVENDUSKI, P. (eds.). *Women in Politics*. Oxford: Oxford University, 1996.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira; TOLEDO, Maria Luíza Guerra. As mulheres no campo político: uma análise das candidaturas femininas às prefeituras brasileiras (2000-2016). *Inclusão Social*, v. 11, n. 2, 2018. p. 17-28.

PALUMBO, María Mercedes. Saber falar: construção do capital militante nos movimentos populares na Argentina. *Íconos. Revista de Ciencias Sociales*, n. 61, 2018. p. 179-202.

PERES, Paulo; Amanda MACHADO. Uma tipologia do recrutamento partidário. *Opinião Pública*, v.23, n.1, 2017. p. 126-167.

PINTO, Céli R. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. *Revista USP*, n. 49, 2001. p. 98-112.

PINTO, Celi Regina J.; SILVEIRA, Augusta. Mulheres com carreiras políticas longevas no legislativo brasileiro (1950-2014). *Opinião Pública*, v. 24, n. 1, 2018. p. 178-208.

POWER, T.; MOCHEL, M. Political recruitment in an executive-centric system: presidents, governors, and ministers in Brazil. In: Siavelis, P.; Morgenstein, S. (eds). *Pathways to power: political recruitment and candidate selection in Latin America*. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2008. p. 21-36.

RESENDE, Roberta Carnelos; EPITÁCIO, Sara. Mulheres à esquerda e à direita: carreiras políticas e partidos políticos”. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 22, n. 1, 2017. p.350-366.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Voto compulsório: a desigualdade na participação política. *Em Debate*, v. 5, n. 4, 2013. p. 41-68.

RIBEIRO, Pedro F.; AMARAL, Oswaldo E. Party members and high-intensity participation: evidence from Brazil. *Revista de Ciencia Política*, v. 39, n. 3, 2019. p. 489-515.

222 ROMBALDI, Maurício. O capital militante: uma tentativa de definição. *Plural*, v. 13, 2006. p. 127-134.

SACCHET, Teresa. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n. 2, p. 399-431, 2012.

SANTANO, Ana Claudia; BERTOLINI, Jaqueline Ferreira; RADOMSKI, Jaqueline. A presença das mulheres nos estatutos partidários de ontem, de hoje e de amanhã: um levantamento de dados”. *Revista Ballot*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 2015. p. 103-122.

SEIDL, Ernesto. Notas sobre ativismo juvenil, capital militante e intervenção política. *Política & Sociedade*, v. 13, n. 28, 2014. p. 63-78.

SCARROW, S. *Beyond party members: changing approaches to partisan mobilization*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

SCHEEFFER, Fernando. Ideologia e comportamento parlamentar na Câmara dos Deputados. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, v. 27, n. 2, 2018.

SOMBRA, Thiago. Teoria Democrática e a Ação Coletiva de Pequenos Grupos. *Revista de Informação Legislativa*, v. 53 n. 210, 2016. p. 203-210.

SPECK, Bruno Wilhelm. O efeito contagiante do sucesso feminino: A eleição de prefeitas e o impacto sobre as candidaturas nos próximos pleitos. *Latin American Research Review*, v. 53, n. 1, 2018. p. 57-75.

SIAVELIS, Peter M. *Pathways to power: Political recruitment and candidate selection in Latin America*. The Pennsylvania State University Press, 2012.

SILVA, Natalia. Socialización Política Juvenil y Construcción del Compromiso Político en Chile: el Caso del Programa de Formación Vívelo de las Juventudes de la Unión Demócrata Independiente (UDI). Anais do XXX Congresso Latinoamericano de Sociologia (ALAS), Costa Rica 2015. Disponível em: http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT10/GT10_SilvaN.pdf Consultado em 22/02/21.

SCHATTSCHNEIDER, E. E. *The Semi-Sovereign People: A Realist's View of Democracy in America*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1960.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. *Revista de Sociologia e politica*, v. 21, n. 45, p. 149-165, 2013.

THOMSEN, Danielle M. Why so few (Republican) women? Explaining the partisan imbalance of women in the US Congress. *Legislative Studies Quarterly*, v. 40, n. 2, 2015. p. 295-323.

THOMSEN, Danielle M.; SWERS, Michele L. Which women can run? Gender, partisanship, and candidate donor networks. *Political Research Quarterly*, v. 70, n. 2, 2017. p. 449-463.

VIANA, Nildo. Manifestações populares e luta de classes. *Revista Enfrentamento*, v. 8, n. 13, 2019. p. 25-35.

APÊNDICE 1 – DADOS SOBRE FILIADOS A PARTIDOS POLÍTICOS POR SEXO

Partido	Filiados total	Feminino	% Feminino	Masculino	% Masculino
DEM	1.096.537	475.849	43%	611.829	56%
NOVO	8.825	959	11%	7.863	89%
PC DO B	392.195	174.651	45%	216.277	55%
PCB	14.836	6.615	45%	8.095	55%
PCO	2.938	1.211	41%	1.722	59%
PDT	1.251.350	553.297	44%	694.501	56%
PATRIOTA	72.702	29.350	40%	43.321	60%
PHS	210.402	92.061	44%	117.881	56%
PMB	38.299	20.984	55%	17.297	45%
PMDB	2.402.264	1.076.851	45%	1.317.980	55%
PMN	223.895	100.690	45%	122.725	55%
PP	1.438.392	637.084	44%	797.663	55%
PPL	39.562	17.179	43%	22.363	57%
CIDADANIA	482.543	200.770	42%	278.885	58%
PR	799.463	355.239	44%	442.541	55%
PRB	389.434	198.857	51%	190.004	49%
PROS	91.077	36.456	40%	54.595	60%
PRP	250.469	112.009	45%	137.743	55%
PRTB	136.236	59.113	43%	76.688	56%
PSB	648.444	278.098	43%	368.382	57%
PSC	421.661	185.203	44%	235.466	56%
PSD	317.420	129.808	41%	187.463	59%
PSDB	1.446.854	643.283	44%	798.197	55%
PSDC	186.337	82.712	44%	103.141	55%
PSL	226.551	98.297	43%	127.330	56%
PSOL	122.571	53.051	43%	69.411	57%
PSTU	17.408	7.945	46%	9.442	54%
PT	1.587.916	703.572	44%	875.813	55%
AVANTE	185.564	83.209	45%	101.815	55%
PTB	1.193.113	534.840	45%	654.585	55%
PTC	198.443	86.569	44%	111.427	56%
PODEMOS	161.551	68.940	43%	92.114	57%
PV	376.512	156.123	41%	219.397	58%
REDE	17.761	6.253	35%	11.496	65%
SD	181.125	81.322	45%	99.719	55%
Total	16.630.650	7.348.450	44%	9.225.171	55%

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Women members of political parties: militant action and participation in party activities

Antonio Teixeira de Barros
Willber da Silva Nascimento

Abstract: The article aims to evaluate how women affiliated to Brazilian political parties work within the structure and organization of the captions. The analytical focus is on the participation of these women in party activities, considering that the literature points to such participation as one of the factors that boost women's political careers. The following factors are assessed as influencing this participation: socioeconomic variables; family capital and militant capital; ideological spectrum of subtitles; informants' interest in running for election. The hypothesis adopted and confirmed is that women affiliated to left-wing parties, single and more educated are the most participative within the associations. The study is based on a survey applied to 419 women affiliated to parties. The main locus of militant action by affiliated women occurs in the virtual sphere. Student movements and social movements are the main mechanisms for the party recruitment of women on the left, while on the right are kinship relations.

Keywords: Party affiliation; Women affiliated to political parties; Female party recruitment; Women and party politics.

Mujeres del partido: actuación militante y participación en actividades del partido

Antonio Teixeira de Barros
Willber da Silva Nascimento

Resumen: El artículo tiene como objetivo evaluar cómo las mujeres afiliadas a los partidos políticos brasileños trabajan dentro de la estructura y organización de los subtítulos. El enfoque analítico está en la participación de estas mujeres en las actividades del partido, considerando que la literatura apunta a dicha participación como uno de los factores que impulsan las carreras políticas de las mujeres. Se evalúa que los siguientes factores influyen en esta participación: variables socioeconómicas; capital familiar y capital militante; espectro ideológico de subtítulos; interés de los informantes en postularse para elecciones. La hipótesis adoptada y confirmada es que las mujeres afiliadas a partidos de izquierda, solteras y más educadas son las más participativas dentro de las asociaciones. El estudio se basa en una encuesta aplicada a 419 mujeres afiliadas a partidos. El lugar principal de la acción militante de las mujeres afiliadas ocurre en la esfera virtual. Los movimientos estudiantiles y sociales son los principales mecanismos para el reclutamiento de mujeres por parte de la izquierda, mientras que a la derecha están las relaciones de parentesco.

Palabras clave: afiliación partidista; Mujeres afiliadas a partidos políticos; Reclutamiento femenino del partido; Mujeres y política de partidos.

Recebido em 20 de janeiro de 2020

Aprovado em 9 de julho de 2020